

## **José Honório Rodrigues, a *Série Documentos Históricos* e os *Anais da Biblioteca Nacional (1946-1955)***

*Andre de Lemos Freixo*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo analisa os volumes 71 a 110 da *Série Documentos Históricos* e os de número 66 a 74 os *Anais* da Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro (1946-1955). Todos foram preparados, editados e publicados durante o período em que José Honório Rodrigues (1913-1987) foi Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da BN. O objetivo aqui é apresentar como a configuração deste material documental e sua difusão (impressa) correspondiam às estratégias de Rodrigues quanto à organização de um campo de saber historiográfico profissionalizado no Brasil. O lugar institucional assumia, pois, uma função dentro das iniciativas renovadoras de uma nova cultura historiográfica emergente nas décadas de 1940 e 1950. Ele fomentava a produção e a divulgação de informações históricas, autorizando fontes e intérpretes para as novas páginas da história do Brasil.

**Palavras-chave:** série documentos históricos da Biblioteca Nacional, *Anais da Biblioteca Nacional*, José Honório Rodrigues (1913-1987), história cultural, informação

**Abstract:** This study analyzes the volumes 71-110 of the *Historical Documents Series* and the numbers 66-74 from the *Annals* of the Brazilian National Library (1946-1955). These were prepared, edited and published during the period in which José Honório Rodrigues (1913-1987) was the Director of the Division of Rare Books and Publications of the institution. The goal here is to show how the configuration of this documentary material and its dissemination (printed) corresponded to the strategies of Rodrigues in order to organize a field of knowledge (professionalized historiography) in Brazil. The institution took place and function of renewing initiatives within a new historiographic culture emerging in the 1940s and 1950s. It fostered the production and dissemination of historical information, authorizing sources and interpreters for the new pages of Brazilian history.

**Key-words:** the Brazilian National library historical documents series, the Brazilian National Library *Annals*, José Honório Rodrigues (1913-1987), cultural history, information

**José Honório Rodrigues, the *Historical Documents Series* and the *Annals of Brazilian National Library (1946-1955)***

---

<sup>1</sup> Doutor em História (PPGHIS/UFRJ 2012) com a tese “A arquitetura do novo: ciência e história da História em José Honório Rodrigues?”. Atualmente é Professor Adjunto no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (DEHIS/ICHS/UFOP). Email: [andredelemos@gmail.com](mailto:andredelemos@gmail.com)

## Introdução

“... no Brasil não precisamos de história, precisamos de documentos” (Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, 09/07/1920).

Em 1952, José Honório Rodrigues (1913-1987) publicou *A Pesquisa Histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais* contendo as palavras da epígrafe acima como abertura para o trabalho (RODRIGUES, 1952, p.07). Essa apropriação dos dizeres do “mestre cearense”, João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), merece atenção, pois ela pode ser relacionada a um movimento mais amplo de ideias e perspectivas acerca da renovação não apenas da escrita da história no (e do) Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, mas do papel que assumiam neste contexto as instituições de preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro.

Pensem novamente sobre o movimento renovador encabeçado por um “segundo tempo modernista”, na expressão de Eduardo Jardim.<sup>2</sup> Suas propostas e projetos se apropriavam do *topos* do “atraso nacional” brasileiro em relação ao novo tempo de modernização que as potências mundiais vivenciavam (NICOLAZZI, 2008, p.05.). Muitas dessas propostas de mudança atingiram também os setores intelectuais que assumiram como sua a responsabilidade pela compreensão dos rumos da “civilização brasileira”. Para Antonio Candido,

isto ocorreu em diversos setores: instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio (que teve desenvolvimento espetacular). Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o estado devido às novas condições econômico-sociais. E também à surpreendente tomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente. Os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura. Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período (CANDIDO, 1984, p..27-28).

Isso não significa que cada um desses grupos ou mesmo seus agentes individuais defendessem o mesmo tipo de programa ou projeto como alternativa renovadora. As táticas foram diversas, assim como as narrativas para o Brasil que se configuravam (e que tornavam seus horizontes possíveis também) então. As três primeiras décadas do século XX, por exemplo, foram pródigas no que toca ao gênero ensaístico, em especial os chamados estudos brasileiros ou os ensaios históricos. Não se trata mais, portanto, de um grupo atado apenas aos estudos da estética e da literatura, mas que incluía também estudiosos da história nacional:

---

<sup>2</sup> “[...] a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da nacionalidade” (MORAES, 1988, p..238).

Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Otávio Tarquínio de Sousa, José Honório Rodrigues, entre outros, lançando mão de diversos recursos: os estilísticos e os científicos (NICOLAZZI, 2008, p.306).

Sem dúvida, se tratavam de estudos e táticas interpretativas e sintéticas que buscavam inserir os autores nos debates acerca da construção de uma nação moderna, os senhores de um tempo moderno – orientado para a construção do futuro. Por outro lado, procurava-se também reequilibrar os usos da “erudição” (ou da empiria) que a historiografia oitocentista definiu como baliza epistemológica para a escrita da história e afastando-a da Literatura.<sup>3</sup> Isto é, o balanço se dava na medida em que tais ensaios não apenas ampliavam o entendimento do que poderiam ser consideradas fontes para a pesquisa histórica. Eles buscavam imprimir interpretações próprias sobre suas análises documentais. Interpretações que gozassem de atualidade, conduzidas por reflexões de caráter teórico amparadas por referências da sociologia, da economia ou da antropologia cultural como nos casos de Holanda, Prado Junior e Freyre, por exemplo.<sup>4</sup>

No entanto, não se trata aqui de mais um esforço no sentido de reiterar o já consagrado cânone de formação da “boa e velha” *nova história* no Brasil (ou de Antônio Candido),<sup>5</sup> ou um panteão historiográfico, para falar como Manoel Salgado Guimarães (GUIMARÃES, 2005, p.34-35). Trata-se de pensar como esses engajados “renovadores” se inseriam institucionalmente no contexto em questão – as décadas de 1940 e 1950 – atuando diretamente na produção de informações históricas destinadas a servirem de fontes para a (nova) escrita da História do Brasil. O objetivo aqui é apresentar como a configuração deste material documental e sua difusão (impressa) corresponderam à organização do campo de saber historiográfico profissionalizado, ou entendido como uma especialidade, no Brasil.

Fabio Franzini analisou como as grandes coleções “brasilianas”, como a *Documentos Brasileiros* da Livraria José Olympio Editora entre 1936 e 1959, materializavam as convergências e os anseios desta

---

<sup>3</sup> Apenas a guisa de exemplo, nos parágrafos finais do Prefácio à Primeira Edição de *Sobrados e Mucambos* (1936), após uma longa lista de documentos novos, arquivos, bibliotecas e agradecimentos pelo acesso aos mesmos, podem-se encontrar as seguintes observações de Freyre a esse respeito: “O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade” (FREYRE, 2000 [1936], p.750). Algo semelhante poderá ser visto no prefácio à Segunda Edição de *Casa Grande & Senzala*, igualmente de 1936 (ano em que começa a ser editada a *Coleção Documentos Brasileiros*, sob a direção de Freyre) – porém assinado com data de 1934, no qual o autor assevera “humanizar” a história ali apresentada por recorrer muito mais (e pouco ortodoxamente) ao material documental ali reunido do que, necessariamente, à bibliografia disponível. Sobre a relação intelectual e de amizade entre Freyre e Rodrigues, ver (FREIXO, 2011, p. 150-151).

<sup>4</sup> Sobre Holanda, ver: (MONTEIRO e EUGÊNIO, 2008) e (NICODEMO, 2008). Sobre Freyre, ver: (ARAUJO, 1994), (NICOLAZZI, 2008) e (FRANZINI, 2006). E sobre Caio Prado Junior, ver: (ZOREK, 2007).

<sup>5</sup> Aqui me refiro ao já conhecidíssimo prefácio de Antonio Candido à quinta edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, intitulada “O significado de Raízes do Brasil”. Nela, Candido relata que a sua geração (à época, de “homens um pouco para lá dos cinquenta anos”) com algum interesse pelo Brasil deve muito aos três livros clássicos do trio Buarque de Holanda, G. Freyre e Caio Prado Junior: respectivamente, *Casa Grande & Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Sobre isso, Maria Stella Bresciani já considerou serem observações autobiográficas ou o “registro de uma experiência”, mas que a despeito dos designios do autor (que chegou a classificar tudo como um mal entendido) essas palavras assumiram peso e a função de demarcar um antes e um depois na história das Ciências Sociais (e da Historiografia) no Brasil. Ver: (CANDIDO, 1994, p.39-50) e (BRESCIANI, 2005, p.23).

intelectualidade, aprofundando e sofisticando suas percepções e concepções acerca do que significava história e historiografia naquele contexto. Mostrou-nos ainda que esse movimento editorial envolvia não apenas seus autores e estudos, mas igualmente, editores, críticos de jornais e leitores de toda sorte (dos mais curiosos aos mais “especializados”). Em meio a essa pluralidade Franzini defende a existência de um sistema intelectual dos estudos históricos no Brasil (FRANZINI, 2006, p.21). E isso nos interessa, pois demonstra que mais do que uma lista de autores privilegiados, clássicos “já nascidos prontos”, como se costuma dizer,<sup>6</sup> o que temos diante de nós são redes práticas, bastante dinâmicas, e de sociabilidade que ultrapassam a ideia de que o trabalho intelectual e a escrita da história sejam atividades solitárias, imaculadas, assépticas e nos permite identificar as marcas que elas possuem – e as que seus autores visavam imprimir no mundo através delas –, assim como, evidentemente, suas condições de possibilidade.<sup>7</sup>

Aqui proponho uma reflexão sobre as estratégias de produção de informação histórica.<sup>8</sup> Por uma questão de espaço, me concentro sobre as estratégias para a publicação de “documentos históricos” pela Biblioteca Nacional durante a gestão de José Honório Rodrigues na Divisão de Obras Raras e Publicações. Ele estava absolutamente inserido nas redes citadas anteriormente e, por conseguinte, dentro do sistema intelectual proposto por Franzini. Nas décadas de 1940 e 1950 os esforços de Rodrigues no sentido de equilibrar erudição e interpretação ganharam novos ares em meio às disputas pela profissionalização da História, em grande medida devido à inserção institucional deste historiador.<sup>9</sup> Por isso, tomo como objetos os *Anais* e a *Série Documentos Históricos* da BN, especificamente os volumes 71 a 110 da *Série* e os de número 66 a 74 dos *Anais* – todos preparados, editados e publicados durante o período em que José Honório esteve à frente das Obras Raras e Publicações da BN. O foco aqui será sobre a estratégia de configuração dessas informações (e desses objetos culturais) e, complementando essa análise, a sua dimensão material como veículo de produção de sentido.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Refiro-me aos comentários de Edgard Roquette-Pinto acerca de *Casa-Grande & Senzala*, ou mesmo de Candido, sobre *Raízes do Brasil*. Sobre o primeiro, ver: (ROQUETTE-PINTO *apud* FRANZINI, 2006, p.134). Sobre o segundo, ver: (CANDIDO, 1994, p.40).

<sup>7</sup> A *Documentos Brasileiros* contou com Gilberto Freyre à sua frente entre 1936-1938, seguido por Otávio Tarquínio de Sousa, e seu primeiro número foi o hoje consagrado ensaio *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Pode-se ainda destacar a *Coleção Brasileira*, da Companhia Editora Nacional (1931). Sobre isso, ver: (PONTES, 1989, p.419-476) e (DUTRA, 2006, p..299-314).

<sup>8</sup> Trata-se aqui de pensar a partir dos conceitos de “tática” (relativo à subversão dos usos socialmente prescritos em usos efetivos de outra natureza) e “estratégia” (contraponto ao conceito de tática, que remete a práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder que institui normas e procedimentos legítimos). Ver: (CERTEAU, 1994).

<sup>9</sup> Cabe verificar a primeira edição de *Teoria da História do Brasil* (1949), texto que apresentava o “programa científico” de Rodrigues para equilibrar tais elementos na “nova” História do Brasil. Sobre isso, ver: (FREIXO, 2013, p..140-161).

<sup>10</sup> Sobre a importância da análise da *materialidade* que dá suporte aos textos, ver (CHARTIER, 1990, p..127). Sobre a questão da produção de um sentido das formas – o que implica discernir os dispositivos textuais e tipográficos de “modelização” da leitura, inscritos na configuração do material impresso –, ver, especialmente o segundo capítulo de (CHARTIER, 1996).

“Sentido”, bem entendido, compreende as normas e procedimentos historiográficos *novos* inscritos no próprio material editado e publicado. Os intelectuais dedicados ao estudo da história estavam ainda do lado de fora das incipientes faculdades de filosofia (e muitas vezes do tradicional IHGB), mas buscavam “renovar” e profissionalizar a escrita da história no Brasil. Outros lugares, pois, abrigavam suas perspectivas, permitindo suas pesquisas e projetando suas vozes como especialistas autorizados (legitimados institucionalmente) da História do Brasil num momento em que limites disciplinares ainda não estavam plenamente estabelecidos (GOMES, 1996a, p.75). Entre as décadas de 1940 e 1950 podemos identificar o crescimento do setor editorial, de incentivo e investimentos em livros, bibliografias especializadas e publicações de natureza histórica, sociológica, econômica, entre tantas outras, que atingiu índices inauditos no Brasil (HALLEWELL, 2005, p.34). Foi também um período de mudanças e transições sociais, culturais e políticas, especialmente com o clima de otimismo que se seguiu ao fim do Estado Novo. A rigor, isso se materializa em toda sorte de objetos culturais produzidos no seio das tensões e disputas que ocorriam em diferentes instituições de campos ainda em fase de definição. José Honório Rodrigues foi um dos intelectuais que atuou diretamente em postos de prestígio e poder como a Biblioteca Nacional. Entre outros lugares de produção, patrocínio e incentivo dos estudos históricos, a BN ultrapassava a esfera de influência do IHGB, mas antecedia as mudanças de perspectiva e matrizes interpretativas como as das Ciências Sociais, a partir das décadas de 1960 e 1970 (MICELI, 1989; GOMES, 1996b, p.59-84) nas universidades.

O nome de José Honório Rodrigues, nesse sentido, é central, ainda que pouco estudado sob este viés. Entre os poucos analistas da vasta obra de Rodrigues, um dos pontos recorrentes é a constante ênfase no papel decisivo que este intelectual desempenhou no processo de profissionalização da historiografia no Brasil (GLEZER, 1976; LAPA, 1976; MARQUES, 2000; ALVES JÚNIOR, 2010; FREIXO, 2012; GUIMARÃES, 2005; GONTIJO, 2011). Quase nenhuma atenção foi, contudo, despendida sobre suas iniciativas na elaboração e edição de textos raros, índices, catálogos e bibliografias (obras de referência).

Neste cenário pode-se encontrar boa parcela de intelectuais dedicados ao estudo do passado nacional não apenas à frente de grandes coleções, mas igualmente em postos importantes de instituições de cultivo e preservação da memória e patrimônio, como arquivos e bibliotecas públicas do eixo Rio-São Paulo. Esses trabalhos foram desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1960 sob a égide instituições bem distintas como o Instituto Nacional do Livro (INL), entre 1939-1944, o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre 1945-1956, da Biblioteca Nacional (1946-1955) e o Arquivo Nacional (AR), entre 1958-1964.<sup>11</sup> À frente da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, entre 1946 e 1955,

---

<sup>11</sup> No MRE Rodrigues atuou como integrante da Comissão de Estudo de Textos de História do Brasil (1945-1968) ao lado de Helio Vianna e Rodolfo Garcia, entre outros, no preparo de boletins bibliográficos semestrais que avaliavam a qualidade de toda a produção em História referente ao Brasil publicada no país e no estrangeiro. Em outubro de 1948 Rodrigues foi nomeado como encarregado da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco (IRBr) do MRE, no qual aprimorou suas propostas de renovação dos caminhos da pesquisa histórica no Brasil, como pode ser visto nos seus comentários quanto à organização e

José Honório não apenas cumpriu funções administrativas, mas principalmente coordenou e chefiou as atividades de seleção, preparo, edição e publicação da *Série Documentos Históricos* e dos *Anais* da “casa do livro”. Sendo assim, indago: o que Rodrigues *fazia*, efetivamente, quando preparava volumes que deveriam servir, entre outras, de *fontes* para a (futura) escrita de uma *nova* História do Brasil?

### A informação na arquitetura de um saber “novo”

Os trabalhos de Rodrigues à frente das publicações históricas da Biblioteca Nacional não foram seus primeiros afazeres na edição de textos manuscritos e raros.<sup>12</sup> Desde seu ingresso no INL, ainda em 1939,<sup>13</sup> os textos produzidos por José Honório e publicados em diferentes ocasiões enfatizavam a *crítica histórica* e os procedimentos técnicos envolvidos na elaboração de edições de documentos raros. Percebe-se isso em seus artigos e resenhas à época, como no que escreveu sobre o relançamento de *Rerum per Octennium in Brasilia*, de Gaspar Barleus, publicada em *Autores e Livros*, suplemento literário de *A Manhã*, órgão oficial do Estado Novo. A sua crítica direcionava-se a Cláudio Brandão, tradutor e editor do volume a convite do Ministro Gustavo Capanema. Nosso autor era taxativo e investia alto na diferenciação entre um trabalho de tradução/edição “especializado” e o trabalho de Brandão. Os primeiros realizariam pesquisas sérias e conheceriam a moderna metodologia crítica para trabalhos de tal natureza. As correções dos “erros e lapsos” decorrentes de omissões ou cotejos mal elaborados são também elementos recorrentes nas críticas feitas ao trabalho de Brandão (RODRIGUES, 1941, p.8).<sup>14</sup>

---

edição do *Catálogo da Coleção Visconde do Rio-Branco* (1950, 2 vols.) e do volume *Cartas ao Amigo Ausente* (1953), do Chanceler José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. As referências completas encontram-se no final deste artigo.

<sup>12</sup> O primeiro emprego de Rodrigues foi como Auxiliar-Técnico de Sérgio Buarque de Holanda na Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro – que funcionava no mesmo edifício da BN. Boa parte de suas obrigações ali consistia na elaboração de traduções integrais e de edições críticas de manuscritos raros do século XVII. Naquela instituição ele aprimorou os conhecimentos bibliográficos e técnicos para a lide com acervos documentais desta natureza, especialmente por conta da sua experiência e estudos sobre a documentação do período holandês em Pernambuco. Cabe lembrar que essa experiência inicial de pesquisa resultou em um ensaio histórico laureado, em 1937, com o Primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esse texto, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro, foi publicado em 1940 na quinta série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Coleção *Brasiliana* (vol. 180) da Companhia Editora Nacional sob o título *Civilização Holandesa no Brasil*.

<sup>13</sup> Sua entrada no INL se deve a dois fatores: 1º) a desistência de José Antônio Gonçalves de Mello Neto – originalmente contratado para o cargo; e 2º) o reconhecimento de seu esforço como “erudito” e pesquisador dos “Holandeses no Brasil”, em especial no período de Maurício de Nassau. Esses fatores estavam ligados também ao fato de Gilberto Freyre ter intervindo junto a Augusto Meyer, o Diretor do INL, tanto para a contratação do primeiro, como para a substituição da vaga com José Honório, que já conhecia de suas reuniões no Clube de Sociologia que formou com alunos da Universidade do Distrito Federal (onde lecionou entre 1935-1937) e de outras faculdades do Rio de Janeiro. Ver: (MELLO NETO, 1951, p.0.6). Sobre o Clube de Sociologia de Freyre, ver: (MEUCCI, 2006, p.136).

<sup>14</sup> A edição de *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de Johan Nieuhof, é outro bom exemplo das suas críticas. Rodrigues foi o responsável pela introdução, notas explicativas e pelo levantamento bibliográfico da edição brasileira do texto de Nieuhof. O convite para cotejar a nova publicação do texto com o original holandês (de 1682) – tradução integral para o português a partir da edição em língua inglesa (1703) –, partiu de Rubens Borba de Moraes – à época Diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo (atual Biblioteca Mário de Andrade). Sendo assim, José Honório explicava que coube ele “rever e corrigir a tradução brasileira, acrescentando trechos omitidos, emendando, especialmente, datas e nomes e pequenos outros

Em um encontro com William Berrien (Harvard University) no Rio de Janeiro em 1943, José Honório recebeu o convite para uma viagem aos Estados Unidos da América. Esse convite não era exclusividade de José Honório por duas razões: primeiro, pois ao seu lado viajaram Mattoso Câmara (filólogo) e José do Prado Valadares (especialista em museus). E, em segundo lugar, porque este foi apenas mais um dos muitos intercâmbios entre brasileiros e estadunidenses que Gilberto Freyre, Robert C. Smith, Lewis Hanke, Charles C. Cole, William Berrien e Rubens Borba de Moraes, entre outros, estabeleceram. Uma sólida e bastante duradoura rede intelectual, internacional e interinstitucional que envolvia, principalmente, a Fundação Rockefeller, a Universidade de Columbia, o INL, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Rodrigues ganhou uma bolsa de estudos (*Research Fellowship*) para a permanência e a pesquisa nos EUA, concedida pela Fundação Rockefeller, uma das patrocinadoras do *Handbook of Brazilian Studies* (MORAES; BERRIEN, 1949, p.10).<sup>15</sup>

No caso específico da viagem de Rodrigues, ela teve por fito a pesquisa em arquivos, universidades e bibliotecas estadunidenses em prol do levantamento de todas as referências lá existentes sobre a expansão holandesa nas Américas, especialmente na América Portuguesa seiscentista, bem como seu aprimoramento nas técnicas de edição de livros raros e manuscritos. Ou seja, Rodrigues viajava na condição de técnico e “erudito” para o aprimoramento de saberes ligados às atividades que já realizava: edição crítica de textos raros e elaboração de bibliografia “especializada” – isto é, um texto de referência de e para *especialistas*.

Além destes objetivos, indicados em relatório apresentado ao Diretor do INL em 1944, Augusto Meyer, José Honório também firmou importantes contatos com professores universitários e instituições (bibliotecas e arquivos) nos EUA, reafirmando e expandindo a rede já referida. Rodrigues apresentou também cada um dos passos de suas pesquisas no relatório, deixando algum espaço para reiterar a necessidade do rigoroso aparato técnico e crítico no preparo da documentação que serviria de base para a escrita histórica.<sup>16</sup> Desse

---

senões e, em conclusão, traduzir a parte final da edição holandesa, onde o tradutor inglês suprimiu 25 colunas” (RODRIGUES, 1942, pág.XVII). Isso foi necessário uma vez que avaliava que a edição inglesa não era uma “tradução fiel” (p.XVII).

<sup>15</sup> Originalmente em preparo desde 1939, o *Handbook* foi cercado de problemas e atrasos, em parte devido à Segunda Guerra Mundial, mas também por conta dos autores convidados, em especial os da seção História (RODRIGUES, 2004, p.143-150). Seus organizadores optaram, pois, por publicá-lo em partes, inicialmente em inglês e em capítulos, pelo *Handbook of Latin American Studies* (Harvard University Press). Apenas em 1949 foi publicado em português e no Brasil, sob o título *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, pela Gráfica Editora Sousa. Sobre a gestação do *Handbook*, ver: (FREIXO, 2012, p.101 et seq.).

<sup>16</sup> O relatório apresentava também um diagnóstico de Rodrigues sobre a carência técnica na edição de documentos históricos, assim como nos próprios trabalhos historiográficos no Brasil. Para ele, uma edição crítica, além de oferecer “o bom texto”, forneceria também a introdução à obra e ao autor assim como o aparato crítico-bibliográfico. “Ora, essas normas e cuidados não têm sido observados em sua totalidade nas edições do Instituto Nacional do Livro, [...]. Se os organismos a que foram confiados esses trabalhos reformassem seus processos, seria, então, o caso de pleitear que normas gerais fossem estabelecidas para as próprias casas editoras, algumas das quais reeditam, também, obras do maior valor e da maior significação para a cultura nacional, segundo padrões ainda piores do que os utilizados por institutos oficiais. É certo que duas ou três utilizam-se de métodos modernos, e a exceção vem confirmar a regra” (Grifo meu. RODRIGUES, 1944 [1946], p.21).

modo, concluía que os “métodos de publicação de documentos [no Brasil] estão a exigir renovação” (RODRIGUES, 1944 [1946], pág.20).<sup>17</sup>

Cabe lembrar que Gilberto Freyre, ainda na apresentação ao primeiro volume da Coleção *Documentos Brasileiros*, asseverou “trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio” (FREYRE, 1936, pág.V). Aquilo que Rodrigues defendia dialogava com o “movimento intelectual” de Freyre e companhia. Um movimento que aspirava por uma reviravolta completa nos estudos históricos, mas que esta deveria se iniciar por uma “revolução documental”. Trata-se de um consciente esforço e investimento na produção de meios para difusão da *informação* histórica. E o critério adotado deveria ser sempre o mesmo: munir as edições de comentários técnicos, com notas explicativas e todo o aparato discursivo de que dispunham como meio de “facilitar” os caminhos de como seus leitores poderiam se apropriar daquele conteúdo.

Após seu retorno dos EUA, em 1944, José Honório deu sequência à campanha em prol desta produção de informação no Brasil através da defesa de uma ampliação das funções e do compromisso social das grandes bibliotecas públicas do país. Isso pode ser percebido em suas entrevistas, concedidas aos jornais cariocas após o seu retorno.<sup>18</sup> As bibliotecas visitadas por ele nos EUA eram apresentadas como exemplos de instituições dedicadas à formação cultural de um povo, desde as bases escolares até as mais eruditas e autorizadas pesquisas históricas, algo que ele dizia ser ainda muito precário no Brasil (RODRIGUES, 1944, p.06). Seu diagnóstico do “atraso” das instituições brasileiras voltava-se à Biblioteca Nacional, o que também depõe no sentido de que a renovação daquela instituição começava a figurar nos seus horizontes; uma renovação da própria estrutura da BN como centro de pesquisa e referência para a nova historiografia que surgia no país. Assim como a redefinição de seu lugar na sociedade brasileira, um esforço que não era de ocasião.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Rodrigues afirmava ainda: “não é possível ter confiança em documentos editados sem crítica de texto nem em livros raros publicados fora das regras da edição crítica. História sem documentos autênticos e sem edição crítica de fontes primárias não pode merecer confiança nem respeito, nem se pode dar um desenvolvimento aos estudos históricos no Brasil sem a introdução dos modernos processos adotados nos países mais adiantados. O mesmo se pode dizer da necessidade inadiável e urgente da cadeira de introdução à história, até hoje inexistente no currículo das universidades brasileiras. [...] *Os processos críticos adotados na investigação das fontes, na seleção do texto e na publicação de documentos imprimiram um novo caráter científico aos estudos históricos.* O apelo à exatidão e autenticidade vinha de há muito e a forjicação era já condenada, mas não se chegara a resultados práticos” (Grifo meu. RODRIGUES, 1944 [1946], p.20).

<sup>18</sup> As entrevistas a que me refiro são (RODRIGUES, 1944a; RODRIGUES, 1944b; RODRIGUES, 1944c).

<sup>19</sup> Sobre isso é importante destacar que Rodrigues e Sérgio Buarque de Holanda, desde 1941, aumentavam o coro de elogios às propostas de criação de um instituto de pesquisas históricas dentro da própria BN, como assevera Rüdinger Bilden em missiva a Arthur Ramos (BILDEN, 1941, Manuscritos/BN, I-35, 23, 737, 2p.), que avaliava no cuidado com esse tipo de documentação um dos pontos mais valiosos da Biblioteca Nacional.

Rodrigues, contudo, deixou o INL juntamente com Sérgio Buarque de Holanda no ano de 1944. Depois de alguns meses trabalhando como pesquisador e bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool, José Honório foi nomeado Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional,<sup>20</sup> tornando-se o responsável pela edição da *Série Documentos Históricos* e dos *Anais da Biblioteca Nacional* a partir de 1946.<sup>21</sup> E tanto sua nomeação quanto a incumbência a ele delegada não foram fortuitas. Elas permitem identificar que a importância atribuída aos documentos históricos, isto é, à informação histórica, era uma parte fundamental do movimento intelectual de renovadores, “redescobridores” ou “intérpretes” do Brasil no contexto em questão.

Mas como isso funcionava? Primeiramente, cabe enfatizar que a *Série Documentos Históricos* foi inaugurada muito antes do período aqui analisado. Ainda em 1928 seus dois primeiros volumes foram editados pelo Arquivo Nacional, então sob a responsabilidade de Mário Behring. Sua finalidade precípua, dizia o editor na ocasião, era facilitar o acesso e consulta de manuscritos raros, preservando seu conteúdo da obliteração do tempo e do esquecimento e disponibilizando-o publicamente aos pesquisadores e estudiosos da História do Brasil (BEHRING, 1928, p.01). A partir do terceiro volume, ainda de 1928, a *Série* passou aos cuidados da Biblioteca Nacional. Behring editou e publicou dezenove volumes. Rodolfo Garcia sucedeu os esforços de Behring e deu sequência à mesma durante sua gestão na BN. Ele foi responsável por setenta volumes sempre dedicados à documentação considerada rara e, até então, inédita aos estudiosos e pesquisadores. Por conta de sua aposentadoria, em 1945, seu cargo ficou à disposição do Diretor Geral da BN, Rubens Borba de Moraes, que nomeou José Honório Rodrigues para o mesmo (ANDRADE, 2011, p.09).

Quase todos os volumes da *Série Documentos Históricos* foram dedicados ao período colonial do “Brasil”, ou da América Portuguesa, disponibilizando variada documentação: forais, cartas de doações, provisões, alvarás, regimentos, cartas régias, correspondência de governadores-gerais, portarias, ordens, tomo de terras, entre outras. A partir do volume 87, encontram-se Consultas ao Conselho Ultramarino; os volumes 101 a 109 reproduzem manuscritos relativos à “Revolução de 1817”. O último volume (110)

---

<sup>20</sup> Sua nomeação foi publicada através de uma Portaria assinada pelo então Diretor Geral da BN, Rubens Borba de Moraes (MORAES, 1946, Manuscritos/BN, 65, 1, 005 n.045, 7p.), e oficializado pela assinatura do Presidente Eurico Gaspar Dutra (RODRIGUES, 2000, p.70, nota 11). Além da Direção da Divisão de Obras Raras e Publicações, que à época também era integrada pela Seção de Iconografia e de Manuscritos, Rodrigues também foi Diretor Geral da BN, em caráter interino, em algumas ocasiões: 01/06/1948 – 18/06/1948; 18/08/1950 – 12/09/1950; e 03/09/1952 – 31/11/1952 (CUNHA, 1984, p.251).

<sup>21</sup> Em reconhecimento pelos serviços prestados por Rodolfo Garcia à cultura letrada e à História do Brasil, Honório Rodrigues escreveu um elogioso artigo sobre a importância deste historiador e de Afonso Taunay (RODRIGUES, 1945) para o avanço da crítica histórica e do rigor científico na lide com a documentação rara. Taunay igualmente se aposentou naquele ano e o posto de Diretor do Museu Paulista que exercia ficou sob os cuidados de Sérgio Buarque de Holanda. O artigo de Rodrigues buscava enfatizar que a geração de historiadores que se afastava das instituições de preservação, difusão e da pesquisa histórica carioca e paulistana, representada ali por Garcia e Taunay, deixava um importante legado e um desafio para a nova geração de historiadores que assumia tais responsabilidades.

organizado por José Honório é dedicado à “Conjuração dos Suassunas” (1801), igualmente ocorrida em Pernambuco.

Quanto à materialidade que oferece suporte aos textos, esta se dá através de volumes encadernados em brochura, que apresentam as dimensões de 23 x 16 centímetros, tendo em média trezentas páginas cada. No caso das edições preparadas por Rodrigues, especialmente entre os volumes 101 a 110, todas contém longas apresentações de cunho explicativo e interpretativo, nos quais são feitas não apenas descrições dos documentos presentes em cada um deles, como também comentários acerca da bibliografia e da historiografia acerca desta temática (revoltas liberais em Pernambuco) e a importância atribuída a eles para o conhecimento da história nacional. Evidentemente, a prática não foi criada por Rodrigues, mas interessa aqui destacar que ele soube utilizar muito bem estes espaços.

Os *Anais da Biblioteca Nacional* também foram lançados inicialmente muito antes do período aqui analisado, datando seu primeiro volume de 1876/1877. Mas, especificamente quanto aos volumes 66 (1948) ao 75 (1955), Rodrigues defendeu que se iniciava uma mudança no direcionamento. A partir de 1946 eles dariam novo suporte material para os inventários, catálogos, índices e bibliografias completas acerca do acervo da BN. São, assim, tomados instrumentos de consulta e referência à *pesquisa*; sendo remodelados, pois, para os olhos dos novos estudiosos da história, de preferência especialistas. Além disso, forneciam também importantes indícios para se avaliar quais os conjuntos documentais privilegiados pela seleção de Rodrigues e quais os documentos deveriam constar (e por que) nas novas pesquisas sobre o passado do Brasil.

O relacionamento entre a *Série* e os *Anais* da BN era imprescindível para José Honório. Em sua “Explicação” para o volume 85 da *Série*, dedicado às “Cartas e Ordens de Pernambuco e outras Capitanias do Norte (1717-1727)”, publicado em 1949, Rodrigues deixava clara a razão para tanto.

A publicação dos *Documentos Históricos* apresenta, naturalmente, uma série de dificuldades de natureza paleográfica e crítica. [...] Os cuidados necessários a autêntica reprodução, a escolha quase sempre arbitrária, sujeita às facilidades do achamento ou às preferências do editor, tomam a tarefa extremamente séria e dificilmente satisfatória. A primeira parte, a escolha, depende de certo modo da competência, probidade e independência do editor, pois se realiza sob sua responsabilidade, é claro que o valor da coleção repousa no critério científico da preferência, que será tanto mais acertada quanto mais contar com a colaboração dos estudiosos da história do Brasil. Mas é só por intermédio dos catálogos, que registram o acervo, que será possível ouvir-se a opinião dos especialistas, sobre a importância, significação e interesse destes documentos em relação àqueles outros (DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Vol. 85, 1949, p.V).

Nesta epígrafe podem-se, portanto, identificar dois pontos fundamentais. A questão da necessidade de *escolha*, atrelada ao conhecimento prévio (via catálogo) do acervo documental depositado na biblioteca e a

questão da “especialidade”. À primeira, Rodrigues responde com os *Anais*, informando que, através deles, novos catálogos e inventários dos acervos da BN poderiam ser consultados pelos especialistas, e que os mesmos *Anais* norteariam ainda um plano de publicações mais organizado (menos arbitrário, portanto), por parte do setor que ele chefiava.<sup>22</sup> Ele marca claramente que no período pós-1946 houve uma mudança fundamental de metodologia para a seleção do material a ser publicado pelo setor que chefiava – até então restrita a avaliações nem sempre justas, segundo seu juízo, por parte de seus antigos editores. Porém, se não imediatamente após a sua posse, como é possível perceber nos primeiros seis volumes da *Série* preparados já em sua gestão (vols. 79-84), pelo menos a partir do volume 85, também de 1949, o “novo” critério ao qual ele se referia entrava em cena: somente seriam publicados na *Série* os documentos já inventariados, catalogados e divulgados nos *Anais*.

Ambas as questões mencionadas anteriormente dialogam. Ou seja, as questões da *escolha* e a da *especialidade*. No caso da *Série*, tratava-se da seleção e preparo da informação que seria divulgada para que *especialistas* averiguassem sua relevância ou importância para a produção de conhecimento histórico no Brasil. “Ouvir a voz dos especialistas”, como Rodrigues frisara, dependia dos catálogos, algo em vias de solução, segundo Rodrigues, mas igualmente de versões confiáveis e autorizadas da informação publicada. Assim,

reproduzir genuinamente um documento não significa mais transcrevê-lo paleograficamente, como crêem alguns editores nacionais. As mais recentes normas estabelecidas pelos Institutos Históricos e Sociedades sábias afirmam que a reprodução paleográfica não apresenta mais nenhum interesse, de vez que a facsimilar e a fotográfica evitam totalmente qualquer possível engano, ou o azar da má leitura. Não será pelo sabor visual de ver um texto reproduzido com todas as suas peculiaridades, às vezes esquisitas e de difícil leitura, que se justificará tal transcrição. *Hoje, ao invés da reprodução rígida, pede-se a edição autêntica, mas também inteligente, que facilita a tarefa do leitor, pelo desdobramento das abreviaturas, pela emenda correta, pela adoção de determinado sistema ortográfico, pelas modificações da pontuação, pela interpretação fiel.* A esse propósito, várias sociedades sábias têm editado normas, conselhos e recomendações. Queremos deixar aqui registrado que a Biblioteca Nacional tem tomado como modelo, a partir de 1946, as *Normas de transcripción y edición de textos y documentos* (Madri, 1944) e as do *Comité Histórico Anglo-Americano*, aprovadas em 1923 (Grifo meu. DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Vol. 85, 1949, p.VI-VII).

O que há de relevante aqui reside na arquitetura do “*savoir faire*” erudito para produção da informação ali inscrita. Uma estratégia (prática) cujo exercício se dá em função da autoridade própria daquela

---

<sup>22</sup> Os *Anais* deveriam servir de referência como catálogos e inventários, o que Rodrigues implementou a partir do volume 68, contendo o “Catálogo de Documentos sobre a Bahia, existentes na Biblioteca Nacional”. Porém, quando estas funções de divulgação estivessem completas, dizia ainda o editor, os *Anais* publicariam documentos de caráter privado, diferenciando-se da *Série Documentos Históricos*, que privilegiaria peças legais, correspondência pública, cartas régias, registros e relatórios oficiais, entre outras.

casa, um lugar de poder determinado, e que se materializaria através dos documentos sob a aparência de estarem “quase em estado bruto” (parafrazeando as palavras de Gilberto Freyre citadas anteriormente). Mas trata-se já de impressos devidamente “operados”: catalogados, classificados, organizados e “dados a ler”, como diria Roger Chartier (CHARTIER, 1990). A própria divisão por capítulos visava oferecer meios de definição das “matrizes históricas” em cada documento apresentado. Enfim, trata-se de textos prontos para a consulta dos leitores. E esta era a certeza: que ali, dentro da Biblioteca Nacional, mesmo os maiores especialistas e renomados historiadores brasileiros de então, seriam, antes de tudo, leitores de *suas* informações históricas. Leitores que saberiam reconhecer a validade daquelas informações como sendo verdadeiras. O que implica no reconhecimento e aceitação das normas e procedimentos empregados na elaboração das mesmas e, portanto, o compartilhamento destas entre produtores e leitores.

Há que se definir, portanto, o que entendo aqui por “informação”. Apropriando-me das palavras de Bruno Latour, pode-se dizer que ela não é um signo, mas uma relação. E a única condição para que haja informação é de que, entre as partes relacionadas, circule um *veículo* chamado *inscrição*.<sup>23</sup> Os agentes da Biblioteca, como Rodrigues, por exemplo, não são os autores dos manuscritos, mas são os produtores de objetos culturais que, por sua vez, tornam “evidente” (no sentido de por em evidência, “dar a ver”) a *informação histórica*. Caberá a eles, como intermediários, por em trânsito o veículo em questão: aquilo que os autores dos manuscritos inscreveram originalmente (e destinaram a outros fins) e a *comunidade de leitores* esperada para essas novas edições.<sup>24</sup> Todo o esforço de seleção, crítica, organização e valorização do que ali se encontra inscrito resulta de uma estratégia de produção inteiramente distinta daquilo que foi inscrito nos textos de época. A informação depende de uma relação “triangular”, na verdade: inscrição primária – intermediário/instituição – leitores. Mas a posição intermediária é, de fato, central na produção dessas informações exatamente porque (ao produzir o objeto cultural que as veicula – através de operações de seleção, interpretação, tradução, redução ou ampliação de seu trânsito) ela configura uma redistribuição de poderes (e de dominação) sobre aquilo que pode ser dito sobre aqueles textos e quem pode fazê-lo.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Latour explica que se refere a esses lugares como pontos geograficamente distintos. Exemplifica seu argumento a partir do caso de um naturalista viajante, Pierre Sonnerat, analisando seu auto-retrato ambientado na costa da Nova-Guiné. “Ora, a informação permite justamente limitar-se à forma, sem ter o embaraço da matéria. Os papagaios [representados no auto-retrato de Sonnerat] permanecerão na ilha com seu canto; levar-se-á o desenho de sua plumagem, acompanhado de um relato, de um espécime empalhado e de um casal vivo, que se tentará domesticar para o cativo real. A biblioteca, o gabinete, a coleção, o jardim botânico e o viveiro se enriquecerão com isso sem, no entanto, se entulhar com todos os traços que não teriam pertinência” (LATOUR, 2002, p.22- 23).

<sup>24</sup> Compartilhar um determinado conjunto de códigos culturais (ou não) é o que, segundo R. Chartier, permite distinguir práticas de apropriação (pensadas como táticas) dos usos prescritos pelos editores (em suas estratégias) na materialidade dos objetos culturais produzidos. Isso permite identificar diferentes *comunidades de leitores*. Ver: (CHARTIER, 1990, cap. 4).

<sup>25</sup> Assegurar isto significa, em termos estratégicos, garantir para a Biblioteca Nacional, e seus agentes, controle, poder e prestígio, tanto erudito quanto historiográfico. Explico: o controle da memória histórica escrita e inscrita ali (e a acumulação dos volumes que as contém) tem implicações políticas, pois são instrumentos de poder: poder intelectual e sobre intelectuais. Quem o detém pode autorizar ou proibir uma determinada publicação; validá-la ou não; ampliar a sua esfera de circulação ou restringi-la parcial ou completamente. A questão da pesquisa histórica, o sistemático levantamento de documentos inéditos a serem incorporados ao acervo da instituição e

Os textos figuram em uma série específica, já devidamente batizada de *histórica*, são organizados em capítulos e aguardam por um público leitor relativamente já esperado: os especialistas ou os historiadores “profissionais”. Interessante destacar que a informação que esta *Série* divulga como sendo de grande confiabilidade (documentos autênticos) somente é possível porque passou por um “crivo crítico” que permite a circulação de um conjunto material de inscrições entre produtores e leitores que os reconhecem como legítimos e podem, pois, “consumi-los” (ou apropriar-se dos mesmos) conscientemente. Isto permite identificar um conjunto de prescrições inscritas nesses volumes, tanto acerca do que se entendia por crítica histórica – como trabalhar com documentos – quanto, como análise a seguir, acerca daquilo que Rodrigues esperava da escrita dessa *nova* história do Brasil.

José Honório Rodrigues viveu intensamente essa busca através da ampliação do acervo, funções e da própria situação da Biblioteca Nacional na sociedade brasileira: o seu papel intelectual e formativo e o seu compromisso (“missão”) com a memória histórica brasileira. De tal modo que, em 1950, Rodrigues passou uma temporada na Inglaterra à cata de documentação referente à História do Brasil nos arquivos e bibliotecas inglesas. Viajou com o apoio (e patrocínio) do Conselho Britânico, do Ministério das Relações Exteriores (e do Instituto Rio Branco), do Ministério da Educação e Saúde e do Instituto do Açúcar e do Alcool. Estes auxílios permitiram que sua viagem se estendesse para além da Inglaterra. José Honório visitou também instituições portuguesas, holandesas, espanholas, italianas e francesas. Permaneceu por aproximadamente quatro meses na Europa, entre 25 de fevereiro e 23 de maio de 1950 (RODRIGUES, 1950, p.07). Arquivos, universidades e bibliotecas destes países foram visitados com vistas a pesquisar o material “brasileiro” ali existente no esforço, como ele mesmo defendia, de uma “organização de inventários destes documentos, para de futuro microfilmá-los ou copiá-los fotostaticamente, enriquecendo enormemente a documentação sobre o Brasil em nosso poder; estabelecer o sistema de intercâmbio entre as instituições brasileiras e as européias; conhecer os professores universitários e as instituições históricas” (RODRIGUES, 1950, p.09).<sup>26</sup>

Ou seja, nas décadas de 1940 e 1950, em meio à proliferação dos discursos que buscavam legitimar a escrita da história como um saber historiográfico de tipo “novo”, “moderno”, “crítico” e “científico”, um

---

posteriormente divulgados é também uma questão de prestígio, pois objeto de concorrência entre diferentes instituições, intelectuais e pesquisadores.

<sup>26</sup> Este relatório foi posteriormente publicado sob o título *As Fontes da História do Brasil na Europa* (1950). Ali consta uma listagem bastante volumosa da documentação que deveria ser incorporada ao acervo da BN. O discurso de Rodrigues é direto e introduz as principais questões e problemas que identificava na pesquisa histórica brasileira, principalmente nos procedimentos e iniciativas em defesa não só da necessidade como também da importância de sua renovação, segundo seus critérios. Sua exposição guiava-se, porém, sobre um problema central: ele avaliava que a pesquisa histórica realizada em arquivos do Brasil ainda dependia basicamente da “iniciativa individual, limitada à procura e reprodução de fontes de temas do interesse do estudioso” (RODRIGUES, 1950, p.09). Ou seja, a falta de políticas públicas eficientes destinadas ao sistemático trabalho com a documentação histórica, pensando-a como patrimônio cultural brasileiro. “Conhecê-las e copiá-las significa defendê-las, preservá-las, oferecê-las ao conhecimento de nossos estudiosos. Para conhecê-las integralmente, o primeiro passo consiste na elaboração de inventários e listas que as registrem. Toda a moderna metodologia histórica aconselha hoje como tarefa primordial a elaboração dos inventários dos arquivos e bibliotecas” (Idem, p.10).

trabalho como o de Rodrigues na BN permite que vislumbremos a estratégia deste intelectual para inscrever todo o seu arsenal no que toca ao “método” crítico-histórico. Um interminável manancial de lições, quase integralmente divulgados também em seus artigos deste período ou em seções específicas de sua *Teoria da História do Brasil* (1949). Há uma função pedagógica em jogo ali também. As práticas que se formalizam no uso (esperado) desse material têm relação com essa “pedagogia” em que se aprende melhor quem sabe aprender com os melhores; quem sabe apreender as competências específicas do trabalho do historiador a partir dos “bons usos” feitos por mestres já experientes. Ensinar a ser historiador, algo que Rodrigues dizia não ser prerrogativa nas faculdades de filosofia (RODRIGUES, 1944 [1946], pág.), seria ensinar a fornecer bons modelos, cuja visibilidade estaria assegurada pela inscrição das formas de prática nos bons moldes editados pela Biblioteca Nacional.

Por outro ângulo, entre os volumes 101 e 110 da *Série*, publicados entre 1953-1955, encontram-se alguns elementos que interessam aqui para minha argumentação. Trata-se de volumes já inventariados e catalogados desde no volume 71 dos *Anais*, de 1951, referentes à “Revolução Pernambucana de 1817” e à “Conjuração dos Suassunas” (também conhecida como “Inconfidência de 1801”, igualmente ocorrida em Pernambuco. De volta ao país, Rodrigues manteve seu plano de publicar apenas o que já havia sido catalogado nos *Anais* (Vol. 68) e, ainda em 1950, iniciou a divulgação das “Consultas do Conselho Ultramarinho” (referente à Bahia, inicialmente, e seguida pelas referentes ao Rio de Janeiro, Pernambuco e outras províncias nos volumes 87-99). Já nos volumes 101-110, apesar do esforço para deixar claro que se tratava de um procedimento “metódico”,<sup>27</sup> a questão da escolha passava necessariamente por uma dimensão *interpretativa*, como Rodrigues afirmou anteriormente. Na “Explicação” ao volume 101, que inicia a documentação referente à “Revolução de 1817”, José Honório assevera ser aquele o início de uma nova fase na *Série*. Depois de 100 volumes dedicados à história colonial, a partir de então, ela iniciava a divulgação de documentos referentes à “fase nacional ou pré-nacional”. E isso porque a

história propriamente nacional encontra no movimento de 1817 um marco de extraordinária significação, pelo revigoramento do espírito nacional e pela iniciativa prática que lhe coube na preparação da Independência. A Revolução de 1817 não foi um movimento local, mas nacional, que só não vingou porque foi temporânea, porque faltou ao povo, ou melhor, à minoria de todas as partes do Brasil, educação para compreendê-la e defendê-la conscientemente, como já assinalou Oliveira Lima. [...] Se devemos considerar a Independência como a tradução da consciência de superioridade a Portugal, como queria Capistrano de Abreu, a Revolução de 1817, cinco anos antes, representa a primeira emoção de superioridade, a primeira revelação de um sentimento nacional de responsabilidade, o nascimento da decisão de criar uma nação livre, independente, inspirada em ideologia universal, animada pela fé irredutível no progresso humano, que o 7

<sup>27</sup> Rodrigues explicava que os documentos ali publicados foram registrados no *Catálogo dos Manuscritos sobre Pernambuco* existentes na Biblioteca Nacional (*Anais*, vol. 71, 1951) e contêm manifestos, relatórios, notícias, cartas, descrições e proclamações. Alguns deles não eram inéditos, já tendo sido publicados por Muniz Tavares, Melo Moraes, Varnhagen e na própria Revista do IHGB. (DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 101, 1953, p.VI-VII).

de setembro veio a consagrar com a independência e as garantias constitucionais (DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 101, 1953, p.I-II).

Ou ainda, no volume 102, quando antecipa:

Logo se há de notar que o documento nº 64, de autoria de Paulo Fernandes Viana, intendente da polícia, sem referência ao movimento de 1817, mas que se achava entre estes papéis, foi aqui reproduzido pela importância de suas idéias em relação á escravidão e colonização. Também o documento nº 105 já foi publicado na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (vol. XIX, p.503) e na “História do Brasil-Reino e Brasil-Império”, de Melo Moraes, t. I, p. T/h-176 (documento nº 1) (DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 102, 1953, p.IV).

Por fim, o que Rodrigues buscava “Explicar”, de fato, encontra-se a seguir:

A Revolução fora derrotada e os patriotas que governaram durante 76 dias haviam provocado uma comoção extraordinária. As idéias e a prática revolucionária de 1817 haviam de influir decisivamente no espírito de 1822. Não era a extensão nem a duração do movimento o que importava. Mais importantes eram as conseqüências: a germinação das idéias de independência e a decisão de mudar os rumos da administração e o sistema político de governo, apesar das reformas introduzidas na corte pelo Rei D. João. (DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 103, 1954, p.I).

O mesmo se repete, sempre com ênfase no caráter liberal do movimento, nas explicações aos volumes que se seguem. De tal modo que Rodrigues antecipa em suas explicações as interpretações possíveis de serem feitas sobre aqueles documentos. No volume 110, acerca da Devassa de 1801, ou a “Conjuração dos Suassunas”, ele, ao término de suas observações, conclui com uma “tese” que estabelecia o sentido para tal movimento: um elo na corrente que conduzia o pensamento nacional (e liberal) brasileiro contra o jugo colonial, cujos traços ideológicos voltariam em 1817 e, posteriormente, libertariam o Brasil em 1822.

De tudo isso se pode concluir que esta Devassa, como a de 1817, dá apenas um aspecto da questão: as peças oficiais do processo legal. Na hora extrema da apuração das responsabilidades pelo grave crime de Lesa Majestade, foram poucos os revolucionários derrotados de 1817, aqueles que lutaram e fizeram correr sangue pelas ruas do Recife e se apossaram do governo durante mais de dois meses, que tiveram a coragem de não repudiar as idéias liberais e os sentimentos de independência pátria. Foi assim em 1789, foi assim em 1798, foi assim em 1817 (Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vol. 110, 1955, p.13).

### **Considerações finais**

Evidentemente, não se trata aqui de uma história da Biblioteca Nacional. Mas trata-se de refletir sobre esta instituição como um dos palcos da produção e transmissão de informação histórica e, como visto, um

possível ponto estratégias discursivas e normativas acerca de um discurso historiográfico profissionalizado em meados do século XX. Apesar de permanecer ignorada pelos estudos e estudiosos, uma análise mais detida não apenas acerca desta como também de outras instituições de prestígio nesse contexto permitirá ampliar o quadro bastante sintético aqui apresentado. Os embates pela função social das bibliotecas e arquivos, suas instâncias de poder, os critérios de seleção de seus materiais, suas condições de conservação, os projetos concretizados (ou não) de preservação e transmissão cultural ficarão mais claros desta forma. Mantive-me atado ao estudo da trajetória de Rodrigues na BN, mas, como já mencionado, ele transitou em postos de poder em várias delas.<sup>28</sup>

Como outras bibliotecas do mesmo porte, a Biblioteca Nacional era (e é) um lugar institucional que existia para preservar e divulgar memórias: locais, pessoais, institucionais, familiares ou nacionais; um lugar que existia para conservar o patrimônio literário, intelectual, iconográfico, artístico, escrito ou registrado de algum modo para a posteridade por gerações passadas. Mas era também o proscênio no qual negociações constantes, tensões e embates entravam em jogo para definir os limites e possibilidades desta herança cultural, do patrimônio a ser transmitido (e como) ao futuro. Em uma palavra, um lugar onde eram decididas as funções – entre continuidades e rupturas – da tradição. Assim, atuações como as de José Honório Rodrigues dentro da BN não são meramente formais, nem devem ser menosprezadas como trivialidade biográfica, pois permitem que se expandam alguns pontos valiosos do conhecimento da trajetória deste intelectual bem como das redes intelectuais e institucionais do período.

O que fazia Rodrigues quando editava e publicava os volumes da *Série*? Em uma palavra, ele produzia informação. Mas não se trata, evidentemente, de sanha “positivista”, no termo equivocadamente associado à escola metódica oitocentista, cuja premissa seria identificar fatos pelos fatos na documentação.<sup>29</sup> A organização e publicação de documentos históricos é cuidadosamente preparada para servirem de matrizes para a pesquisa *especializada*: Bons exemplos, se se quiser, de análise, interpretação para a escrita história do Brasil. Para Rodrigues, a *Série Documentos Históricos* deveria contribuir para ampliar o compromisso intelectual e social da Biblioteca com a sociedade brasileira através do cultivo da ciência e da consciência

---

<sup>28</sup> As razões que levaram ao afastamento de Rodrigues da Direção BN são ainda muito nebulosas. Segundo depoimento de sua esposa, Lêda Boechat Rodrigues, tudo aconteceu ainda em 1953, em meio à inauguração da Exposição Capistrano de Abreu, por conta de uma vingança pessoal de um dos assessores do, então, Ministro da Educação José Linhares contra um ato administrativo promulgado por Rodrigues na véspera. No dia seguinte à inauguração, assevera a depoente, “às 11 horas em ponto, hora regulamentar da abertura da repartição, lá estava o decreto demitindo JHR da Direção Geral Interina da Biblioteca Nacional. Mas isso não era tudo. [...] No caso [...], veio esta ordem: ‘Nenhuma das vitrinas da Exposição poderia ser fotografada; era proibida a feitura do *Catálogo da Exposição*. Se houvesse algum vazamento dessa ordem para a imprensa diária, seria aberto inquérito administrativo e o responsável seria severamente punido. JHR estava de mãos e pés atados. Em 23.10.53, foi nomeado Diretor Geral Interino da Biblioteca Nacional o Sr. Medeiros Lima’ (RODRIGUES, 1988, p.XX-XXI)”. Apesar do tom de conspiração, e da divergência da data em questão – pois, segundo (CUNHA, 1984, p.251) Rodrigues não consta como Diretor Interino na ocasião –, é deveras intrigante não haver registros oficiais da BN (o catálogo, de fato, não foi elaborado), fotos ou reportagens na mídia nem mesmo da solenidade de abertura da referida Exposição.

<sup>29</sup> Cf. (MARQUES, 2000, p. 11 et seq.).

histórica. Seus volumes permitem que se identifiquem igualmente suas estratégias pedagógicas, no sentido de inscrever ali suas lições de metodologia histórica, e mesmo aventar alguns direcionamentos em prol de uma nova interpretação da História – uma interpretação que primava pelos aspectos sociais e econômicos, fundamentalmente; de vincado nacionalismo e (ideologicamente) liberal, como se pode perceber nos comentários de José Honório para os volumes dedicados à Revolução Pernambucana de 1817 e à Conjuração dos Suassuna de 1801. E, por fim, que os aguardados leitores destes volumes (possíveis autores dos capítulos desta História – os historiadores profissionais) reconhecessem e incorporassem como “legítimos e fidedignos” os procedimentos empregados e os documentos editados e publicados pela BN – exatamente por pertencerem a uma comunidade de leitores que, assim Rodrigues o esperava, reconheceriam as competências e saberes necessários à prática historiográfica.

Importante dizer que, uma vez produzidos, esses objetos culturais ganharam vida própria. Isto é, não estavam irremediavelmente atados aos usos prescritos por seu editor nos impressos. Apropriações diversas podem ser feitas sobre os mesmos – o que nos levaria a outra história que, novamente, por uma questão de espaço, não poderá ser analisada aqui. Mas ao se tomar a *Série* como objeto de análise pode-se perceber a estratégia de Rodrigues na Biblioteca Nacional, como um dos lugares de autoridade, poder e prestígio da cultura historiográfica emergente em meados do XX. Não é de espantar que José Honório Rodrigues tenha, inclusive, se pronunciado a favor de fundar, no interior da Biblioteca Nacional, um Instituto de Pesquisas Históricas (RODRIGUES, 1950, p. 41-42). Este deveria oferecer não apenas novos meios para que a renovação historiográfica que sua geração defendia ganhasse novo impulso e fôlego, mas também encontrasse ali um lugar social e efetivamente engajado e atuante em praticamente todas as etapas do processo de produção do conhecimento do passado nacional: da descoberta e tratamento da documentação, da sua incorporação ao acervo patrimonial público brasileiro, a sua organização, catalogação e divulgação aos estudiosos do passado brasileiro, entre outras funções.<sup>30</sup>

## Referências

### Fontes

**Série Documentos Históricos** da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. I (1928) e Vols. 71-110 (1946-1955);  
**Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vols. 66-75 (1948-1955) e 104 (1984);

---

<sup>30</sup> Sobre o projeto idealizado por Rodrigues para a criação de um Instituto de Pesquisas Históricas autônomo, ver: (FREIXO, 2013).

BILDEN, Rüdiger. **Carta a Arthur Ramos de 15 de agosto de 1941**. Manuscritos/BN, I-35, 23, 737, 1941. 2p. (Coleção Arthur Ramos);  
MORAES, Rubens Borba de Moraes de. **Portaria do Diretor da Biblioteca Nacional (1945-1947)**. Manuscritos/BN, 65, 1, 005 n.045, 1946. 7p.

## Bibliografia

- ALVES JÚNIOR, Paulo. **Um intelectual na trincheira**: José Honório Rodrigues, um intérprete do Brasil. (Tese de Doutorado em Sociologia). Marília, SP: FCC/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010;
- ANDRADE, Rosane Maria Nunes. A edição de documentos históricos do acervo da Biblioteca Nacional. In: **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2 a 6 de setembro de 2011, Recife: Quem tem medo da pesquisa empírica? In: <  
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0441-1.pdf>>, acesso em 22 de setembro de 2011;
- ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro, 34 Letras, 1993;
- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP/Fundação Biblioteca Nacional, 2010;
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005;
- CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura. **Novos estudos**, São Paulo, 2 (4): 27-36, abril de 1984;
- \_\_\_\_\_. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994. p.39-50;
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1 - As artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;
- CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990;
- \_\_\_\_\_. CHARTIER, Roger. **El mundo como representación**: estudios sobre historia cultural. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996;
- CUNHA, Waldir da. Diretores da Biblioteca Nacional, 1810-1984. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. 104, Rio de Janeiro, p. 246-252, 1984;
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: \_\_\_\_\_; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida. São Paulo: Annablume, 2006. p.299-314;
- FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**: a coleção Documentos Brasileiros e às transformações da historiografia nacional (1936-1959). (Tese de Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006;
- GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria B. P. das... [et al.]. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 276-290;
- FREIXO, Andre de Lemos. **A arquitetura do novo**: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues. (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2012;
- \_\_\_\_\_. Um “arquiteto” da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011;
- \_\_\_\_\_. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. **História da Historiografia**, Ouro Preto/Edufop, n.11, dezembro 2013, p.140-161;
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. 3 Vols. Rio de Janeiro: Nova Agilar, 2000. Vol. 2, p.727-1465;

- \_\_\_\_\_. Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936;
- GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica (Tese de Doutorado em História) – USP. São Paulo, 1977 (2v.);
- GOMES, Angela M. de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996a;
- \_\_\_\_\_. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 9, n.17, p.59-84, 1996b;
- GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu da historiografia ao historiador. (Tese de Doutorado em História). Niterói, RJ: ICHF-PPGH-UFF, 2006;
- GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul (RS), v.11, n.1, p.31-47, jan.-jun. 2005;
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005;
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976;
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p.21-44;
- MARQUES, Ana Luiza. **José Honório Rodrigues**: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil. Dissertação (Mestrado) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2000;
- MELLO NETO, José Antonio Gonçalves de. Bibliografia do Domínio Holandês. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 jun., 1951;
- MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil**: da sistematização à constituição do campo científico. (Tese de Doutorado em Sociologia). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006;
- MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 1989;
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas, SP: Unicamp, 2008;
- MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 220-238;
- MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949. [2ª ed. (2 vols.), Brasília: Senado Federal, 1998];
- NICODEMO, Thiago Lima. **A Urdidura do Vivido**: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: EDUSP, 2008;
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & senzala e a representação do passado. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008;
- PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e Coleções Brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 1989. p.419-476;
- RODRIGUES, José Honório. A edição brasileira do Barleus. **Autores e livros**, suplemento literário de **A Manhã**, Rio de Janeiro, domingo, 10 de agosto de 1941, p.1-8;
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: NIEUHOF, Johan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942;
- \_\_\_\_\_. A função do livro e da biblioteca nos Estados Unidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1944a;
- \_\_\_\_\_. Pesquisando a história do Brasil nos arquivos e bibliotecas da América do Norte. **A Noite**, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1944b;

- \_\_\_\_\_. A universidade norte-americana trabalha para o bem comum do país. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1944c;
- \_\_\_\_\_. Rodolfo Garcia e Afonso Taunay. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1945;
- \_\_\_\_\_. Uma viagem de pesquisas históricas. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, v. 188, jul.-set. 1945 [1946], p. 14-29;
- \_\_\_\_\_. **As fontes da História do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950;
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Catálogo da Coleção do Visconde do Rio-Branco**. 2 Vols. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1950;
- \_\_\_\_\_. **A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro: INL, 1952;
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Cartas ao amigo ausente**. José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1953;
- RODRIGUES, Lêda Boechat (Org.). José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. In: RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. Vol. II – Tomo I: A historiografia Conservadora. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988 (Coleção *Brasiliana*, Série *Grande Formato*, Vol. 23). p.XVII-XXXI;
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Correspondência de José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: ABL, 2000;
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: ABL, 2005;
- ZOREK, Bruno de Macedo. **Concepções de sujeito e objeto de conhecimento na obra histórica de Caio Prado Júnior**. (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre, RS: UFRGS, 2007.

Recebido em 14 de fevereiro de 2014

Aprovado em 07 de junho de 2014